

# A PESQUISA COMO PRÁTICA DE EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Jamile Santos Brito<sup>1</sup>

Angela Ernestina Cardoso de Brito<sup>2</sup>

Zildeni Martins de Oliveira<sup>3</sup>

**RESUMO:** Esse artigo pretende analisar como a perspectiva decolonial pode contribuir para a inserção do debate étnico-racial nas pesquisas relacionadas ao Serviço Social. Consideramos que o Serviço Social atua numa perspectiva hegemonicamente eurocêntrica, e que a dominação colonialista sobrepõe de maneira epistemológica reduzindo os saberes de alunos negros a posições subalternas, por vezes excluindo-os de grupos de pesquisas e bolsas de iniciação científica. Analisar a realidade social adotando o campo epistemológico ecoado pelas vozes do Sul Global pode contribuir para romper com os modelos impostos pelo sistema colonialista. Nesta perspectiva a análise empírica sobre a questão racial em sua totalidade, durante o processo formativo, permitirá que o assistente social promova uma ciência que gere resultados positivos.

**Palavras-chave:** Pesquisa Científica. Serviço Social. Questão Racial.

**ABSTRACT:** This article intends to analyze how the decolonial perspective can contribute to the insertion of the ethnic-racial debate in research related to Social Work. We consider that Social Work acts in a hegemonically Eurocentric perspective, and that colonialist domination epistemologically overlaps, reducing the knowledge of black students to subordinate positions, sometimes excluding them from research groups and scientific initiation scholarships. Analyzing social reality adopting the epistemological field echoed by the voices of the Global South can contribute to breaking with the models imposed by the colonialist system. In this perspective, the empirical analysis of the racial issue in its entirety, during the training process, will allow the social worker to promote a science that generates positive results.

**Keywords:** Scientific Research. Social service. Black Researchers. Racial Question.

## 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UFBA. Graduada em Serviço Social – UFBA. Bolsista FAPESB. E-mail: jamilesantos2011@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social –PPGSS. Pós-doutora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E-mail: angelafro@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal da Bahia (PPGSS/UFBA) Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). E-mail: zildeni.oliveira@ufba.edu.br.

Este texto trata-se de uma pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como objetivo analisar como a perspectiva decolonial pode contribuir para a inserção do debate étnico-racial nas pesquisas relacionadas ao Serviço Social. É de se valer que o aniquilamento desta temática nos currículos acadêmicos reforça o racismo, no serviço social e em outras áreas do conhecimento.

A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica, buscando compreender a teoria decolonial como uma nova abordagem que pode contribuir para a inserção do debate étnico racial nas pesquisas científicas e produções de conhecimento no âmbito acadêmico. Compreendemos que baseados na racionalidade científica, o Serviço Social instituiu um modelo de pesquisa totalitário negando os conhecimentos que não atendem aos seus princípios epistemológicos e metodológicos, ou seja, não se abre para outros saberes, no que concerne a inserção do quesito racial nas pesquisas. Com isso, deixam de considerar que muitas coisas significativas para a ciência ocorrem no presente pois se vislumbra um futuro o qual os cientistas já conhecem: o progresso. Isso resultaria no que Santos (2007) classifica como sociologia das ausências, que tenta “mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo” (SANTOS, 2007, p. 28-29). Para alcançar nosso objetivo, utilizaremos autores tais como Petronilha Beatriz (2005; 2018), Clovis Moura (1983), Silvio Almeida (2019), Antônio Sergio Guimarães (2009), Kabenguele Munanga (2003), Boaventura de Souza Santos (2007) dentre outros.

Conforme Santos (2010) a manutenção do pensamento científico moderno, é classificado como dominante, e percorre o mesmo caminho que o da dominação sociopolítica. Nesta lógica, ao sugerir um questionamento dos modelos epistemológicos dominantes, nos colocamos no exercício de descolonização dos saberes. Conforme Vassalo (2018) “descolonizar significa a (re) construção histórica que propõe uma nova alternativa emancipatória, se opondo a uma perspectiva eurocêntrica dominante”.

Sendo assim, a produção de conhecimento dominante, rotula um status para as demais produções, que nega todo o conhecimento não-europeu, vinculando-se a um sistema escravocrata, colonial e eurocêntrico. As cátedras acadêmicas, por sua vez, foram constituídas historicamente como um espaço masculino e branco, surgindo

grandes embates políticos e sociais para a criação e efetivação das cotas na graduação.

Partir de uma análise decolonial das relações sociais no Brasil, é reconhecer a nossa própria história, principalmente o eixo racial, que se constitui como um campo divisor de possibilidades, vantagens e experiências entre os brancos e a população não branca, e/ou brancos e população indígena. Tendo em conta o exposto, reconstruir a história ressignifica, no âmbito social e político, o conceito de raça no Brasil, sendo estas ações, “necessárias para um processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira, não somente na educação básica, mas também nos cursos superiores.” (VASSALO, 2018, p. 38)

Sendo assim, ao pensarmos em uma pesquisa decolonial, nos colocamos para dialogar os métodos em que as mesmas pretendem elaborar, e não somente as bases epistemológicas das teorias em que se fundamentam esses estudos. Estudar metodologias decoloniais é buscar estratégias “além das que hierarquizam e objetificam povos e vozes subalternizados e silenciados” (DULCI; MALHEIROS, 2021, p.191).

Considerando que a reprodução do colonialismo, estão inseridas nas produções de conhecimento no ensino superior, sobretudo, nos currículos acadêmicos do serviço social que silenciam historicamente os sujeitos subalternizados, desta forma Santos (2010) alude que,

o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias de povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS, 2010, p. 11).

Como um símbolo de ruptura de dominação aos moldes coloniais, a promulgação da lei 10.639/03<sup>4</sup> buscou refletir um significativo marco para o estudo das relações sociais no Brasil, tendo em vista que a sociedade de modelo capitalista dependente se responsabilizou por escamotear o passado escravista para que o negro brasileiro tivesse sua memória histórica, étnica e estética apagada, para assim ser localizado como um homem a-histórico (MOURA, 1983).

---

<sup>4</sup> A lei 10.639 de 2003 altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências.

Logo para entender o negacionismo da produção de conhecimento sobre a questão racial no serviço social e seus reflexos nas produções científicas, é preciso especialmente analisar como se constituem as relações sociais e raciais na sociedade brasileira, este movimento nos elucida as contradições raciais reforçadas historicamente pelo racismo que assim subscreve a desigualdade racial no Brasil.

Nesta perspectiva é necessário entender que a academia também se conforma como uma entidade, onde se estabelecem relações hierárquicas, de poder e de dominação e pode conceber-se como um centro de produção de um saber hegemônico estruturando-se em um apartheid acadêmico (BRITO, 2017).

## **2. RAÇA E RACISMO: UMA CONDIÇÃO *SINE QUA NON* PARA A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.**

Gonçalves e Silva (2000) apontam que as reflexões a respeito dos negros no Brasil, partem de um lugar-comum da denúncia, sendo assim, o passado nos remete a confirmação do que vivenciamos nos dias atuais. Neste item, corroboramos com as contribuições dos referidos autores, pois o acúmulo teórico das expressões concretas da realidade social proporcionará ao serviço social a potencialização de propostas de trabalho equivalentes a existência subjetiva dos sujeitos.

As disparidades raciais, no Brasil, são reflexos das desigualdades sociais condensadas na expressão da questão social, na qual insere-se as diferenças de raça, classe e gênero. Sendo assim, o compromisso ético político, o qual o assistente social assume durante o processo formativo, deve coadunar com o processo de ensino e aprendizagem orientado pela dinâmica da vida social, nesse sentido este conhecimento teórico-metodológico deve aliar-se “à pesquisa dos fenômenos históricos particulares (objetos do conhecimento e da ação dos assistentes sociais), que abrangem os processos coloniais, a escravidão, as resistências e lutas negras e indígenas” (PROCOPIO, 2017, p. 78).

A compreensão da questão étnico-racial na produção de conhecimento e na formação profissional deve estar aliada ao entendimento de que racismo, como elemento estrutural e estruturante das relações sociais modernas, é um fenômeno que está longe de ser superado. Seus efeitos deletérios são marcas de um escravismo colonial, que precisa ser superado, corre nas entranhas do modelo de produção capitalista reforçando durante décadas o pensamento eurocêntrico. É inegável que

seus reflexos, apresentam-se no cotidiano por meio da manutenção relações sociais, de tal forma a direcionar o modo de organização da vida social, tendo em vista as marcas coloniais históricas que constroem, produzem e reforçam as desigualdades sociais até os dias atuais.

Para Guimarães (2009, p. 11) “o racismo é, portanto, uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais. ” Dado ao seu caráter sistêmico e histórico, o racismo, consubstancia-se por práticas de discriminação social que reforçam os privilégios e subalternidades, ditando regras e normas nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. É evidente que as relações de dominação perpetradas pelo processo de colonização no Brasil, teve a categoria “raça” como um componente explícito das desigualdades sociais.

Aderir a noção de raça nos estudos microsociais é imprescindível, no que tange o rompimento das características básicas que configuram o conceito, essas são ligadas de modo eminente ao colonialismo. “Raça” como um conceito biológico ou correlacionada a origem geoespacial é uma visão errônea que precisa ser desmascarada e desmistificada, e com isso, é preciso regressar a partir do processo compreensivo da formação da brasileira e suas interações com a narrativa ideológica de raça, de modo a desvendar outras categorias hierárquicas tal como a classe, gênero e a posição social do negro em diáspora na sociedade.

Como instrumento de uma verbalização democrática o negro afro-brasileiro teve sua consciência étnica, cultural e estética aniquilada pelo projeto colonizador, isso viabilizou o padrão ideal a ser alcançado, como modelo superior: o branco. Sendo assim, a ideologia do branqueamento “nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise.” (MOURA, 1983, p.126)

No campo das relações raciais, o Brasil, por não ter um modelo de regime segregacionista, tal como o norte-americano denominado popularmente como “Jim Crow” ou como o *apartheid* na África do Sul, prevaleceu no país um sistema complexo e ambíguo no qual as características fenotípicas tais como a cor da pele, forma do nariz, os lábios, o queixo, o formato do crânio, o ângulo facial, etc. foram utilizados para indicar que os povos não brancos demonstravam comportamentos violentos, imorais e lascivos, além de apresentarem pouca inteligência. (ALMEIDA, 2019;

MUNANGA, 2003) Outrossim, este panorama favoreceu a ideia do paraíso racial, diante da utopia que brancos e não brancos vivem em uma mágica harmonia racial após a escravidão.

Para Moura (1984, p. 129) com “o conceito de democracia racial torna possível criar-se a imagem que o dinamismo da sociedade brasileira se realiza de tal forma que se os negros estão atualmente na situação em que se encontram é por culpa sua, pois as oportunidades são idênticas para uns e outros.” No Brasil, as dicotomias senhor/escravo, elite/povo e brancos/negros sustentaram o sistema de hierarquização social reforçando de forma recíproca, material e simbólica o sistema escravocrata. A ideia de uma nação mestiça condicionada pelo mito da democracia racial considerava que a elevação de uma *status* social estava eminentemente ligada a clareza da pele, quanto aos mais pigmentados, com peles mais escuras lhes eram conferidos as referências a “bestialidade” ou “ferocidade” associadas a suas características físicas.

Assim, a ideia de “cor” para Guimarães (2009, p.50- 51) “funda-se sobre uma noção particular de ‘raça’”, assim como a operacionalização do racismo nas relações raciais no Brasil. O ideário social de que o branco é melhor e o preto é pior é desumano, pois engloba “a totalidade dos estereótipos, dos papéis sociais, das oportunidades de emprego, dos estilos de vida” servindo para as relações sociais no país. Sendo assim, o preconceito racial, serve para legitimar o abismo social herdado do sistema escravocrata. E o racismo não se exime desta funcionalidade, do qual o assistente social precisa estar preparado para enfrentar este desafio de modo a construir relações orgânicas no âmbito da prática singular da profissão.

Portanto, o serviço social enquanto profissão que se propõe a construir uma nova ordem societária, deve-se engajar para compreender e combater o racismo no seu cotidiano. Este avanço pode se iniciar, com a inserção da temática étnico-racial nas pesquisas científicas e preparação profissional de modo a transversalizar o conteúdo nas três dimensões profissionais: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo. Ademais, o estudo aponta que é preciso agregar o pensamento decolonial orientado pela análise de intelectuais “discentes” nas pesquisas científicas em serviço social de modo a visibilizar os estudantes pesquisadores negros/as, para que estes identifiquem nesses espaços uma possibilidade de resistência e luta.

## **2.1 Decolonialidade e à crítica a ausência do debate racial no Serviço Social**

Os currículos mínimos no serviço social criados entre de 1964 a 1982 condensou uma lógica eurocêntrica e eugênica, perpetuada na elaboração das diretrizes curriculares do serviço social em 1996. Os currículos, constituem-se como um documento de identidade, de poder e dominação. Alguns conteúdos interpretados como indesejáveis estão ocultos dos genuínos objetivos da formação profissional, sendo assim, Silva (2010) nos diz que as teorias do currículo irão construir-se a partir de uma noção de discurso, buscando identificar por que determinados conhecimentos são selecionados para compor o texto curricular e outros não.

A intencionalidade dessa estrutura de dominação é situar aqueles que buscam o conhecimento em um lugar de conformismo, obediência e individualismo no qual os valores das esferas sociais são distintos. Sendo assim, para aqueles que não têm o privilégio de acessar os espaços acadêmicos serão dotados a aprender as atitudes próprias de um “papel de subordinação” e aqueles que historicamente ocuparam as cátedras acadêmicas aprenderão e perpetuarão os passos de dominação (SILVA, 2010, p. 79).

É nesse sentido que nos colocamos a questionar o currículo oculto, de forma a revelar o que está escondido. Assim é a temática étnico-racial no currículo do serviço social, que acompanhando a lógica colonial, suprimiu a questão racial que sustentou e ainda sustenta a configuração do antagonismo entre as classes sociais. Este aspecto reflete nas produções acadêmicas e estudos científicos que auxiliam no referencial teórico durante o período de formação.

Este debate precisa ser reconstruído, de modo a compreender as subjetividades da população negra, reafirmando que “a questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos nos dias atuais” (GONÇALVES, 2018, p. 519) que precisam ser desvendados nas pesquisas científicas dando notoriedade a construção da luta antirracista realizada pelos bolsistas de pesquisas negros/as no serviço social.

Assim como aponta Santos (2018) é imprescindível exercitar o que os estudiosos denominam de “giro decolonial” como um movimento de mobilização nas universidades, desconectando-se de um imaginário imperial. O “giro decolonial” “não

deve ser compreendido apenas como uma proposta teórica, mas como "movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade" (SANTOS, 2018, p.3), e sobretudo, questionar as estruturas de dominação que desdobram-se nos currículos.

Nesse sentido, e preciso construir uma teoria crítica acerca das relações de poder que envolve a construção de um currículo voltado para emancipação humana. Inobstante, a estruturação da teoria crítica se dá no campo epistemológico social no qual se realizará na formação de uma identidade e subjetividade, que não se reduzem a questões técnicas provenientes dos saberes dominantes.

Para Santos (2007) pensar as formas de conhecimento com a perspectiva do outro lado da linha, ou seja, do Sul não global, não-imperial nos conferi um encaminhamento para um pensamento pós-abissal ancorado a uma ecologia dos saberes no qual o cânon científico, literário não esteja atrelado a manutenção do privilegio do grupo dominante. Uma alternativa para a construção das teorias críticas do currículo seria o multiculturalismo que segundo Silva (2010, p.89) "pretende substituir o estudo das obras consideradas como de excelência da produção intelectual ocidental pelas obras consideradas intelectualmente inferiores produzidas por representantes das chamadas 'minorias' negros mulheres homossexuais".

Nota-se que ao longo de sua trajetória o Serviço Social encontrou limitações, no que se refere, a construção de uma teoria crítica. As tensões presentes na construção do pensamento crítico para formação profissional reverberou na ausência de temáticas fundamentais para a formação acadêmica, dentre elas o debate racial, que por sua vez é incipiente nos cursos de graduação e pós-graduação do Serviço Social. É preciso questionar o discurso técnico do serviço social, principalmente quando se pensa que a "questão social" entendida como "contradição entre capital e trabalho", é definida pela como "o objeto" do Serviço Social. Ou seja, esse "discurso técnico", acaba reduzindo a categoria e ocultando vários elementos, como por exemplo marginalizando os questionamentos relacionados a questão racial. Precisamos indagar as verdades predefinidas que foram "pregadas", elas fazem parte de um contingente contextual que deve ser mediado por diferentes concepções teóricas que perpassam as questões de classe, de gênero, de raça/ etnia, que por sua vez se fundamentam em múltiplos tipos de saberes. (LISBOA, 2010; BRITO, 2014)



A elaboração de uma teoria crítica no currículo profissional estará ligada de modo inerente a luta emancipatória, em sendo assim, Santos (1999) alude que “o nosso lugar é hoje um lugar multicultural, um lugar que exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalistas ou totalidades”, tangendo neste lugar um espaço para o debate pós-colonial.

A construção de uma análise por um espaço multicultural tem proporcionado a organização de estudos antirracista e pós colonial, que associadas elaboração e pratica da pesquisa no serviço social posiciona-se “como estratégia político-pedagógica, conjugando as finalidades de produzir conhecimentos acerca das temáticas sociais e propor respostas criativas e coletivas às expressões da questão social inerentes à vida cotidiana em suas relações” (COMERLATTO, 2008).

Em vista disso, a Pesquisa em Serviço Social compreende como matéria básica para formação, desta forma a sistematização da teoria e pratica do exercício profissional é assumido pela postura investigativa que permitirá a definição de estratégias e instrumental técnico que fortalecem o enfrentamento da desigualdade social. Nesse sentido,

Pesquisas, como qualquer ação humana, se inscrevem em projetos de sociedade, de vida, assumidos, valorizados por quem se dedica a investigar. Investigações que se ocupam de políticas para educação, de projetos pedagógicos, de processos educativos, enraizados em referências teóricas historicamente situadas, tanto buscam compreender, como configurar, influenciar processos de estudar que resultem em aprendizagens e em consequentes ensinamentos. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 137)

Assim, as produções de conhecimento deveriam proporcionar a troca de narrativas dos sujeitos sociais. No entanto, as pesquisas por ora consubstanciadas nas ciências sociais aplicadas, foram estabelecidas regularmente pela ideologia eurocêntrica e monocultural, à vista disso, universalismo e objetividade foram conceitos mais aceitos e difundidos no meio acadêmico, este comportamento ignorou a “diversidade de origem étnico-racial, classe social, de condições e de experiências de vida, de escolhas indenitárias, de lutas por reconhecimento e direitos de diferentes grupos atuantes na sociedade.” (SILVA, 2005, p. 27)

Ao propor uma ciência decolonial, no que tange a produção acadêmico-científico em serviço social, busca-se construir uma filosofia de pesquisa de forma a impulsionar novos pesquisadores negros no fortalecimento da luta dos negros, estes

consequentemente se tornaram cidadãos e profissionais que apoiaram a comunidade na resolução de problemas, possibilitando que cada um seja capaz de participar da vida social, econômica e política por equivalente aos outros grupos sociais.

Nesse sentido, a perspectiva decolonial apresenta-se como um campo epistemológico que busca criticar as narrativas coloniais estabelecidas, resgatando epistemologias do Sul Global. Santos (2007) sugere que nos desfamiliarizemos do Norte imperial e possamos aprender com o Sul, pois este é o resultado da dominação colonial, buscando o que foi destruído ou apagado por tais relações de poder.

Alguns pesquisadores e intelectuais negros, tanto do serviço social quanto de outras áreas do conhecimento, vem construindo diálogos teóricos embasados pelo entendimento acima, mesmo sem citá-lo ou conceituá-lo, elaboram suas pesquisas atribuindo novos significados e rompendo com os padrões brancocêntrico. A autora Petronilha Beatriz, ao longo de suas reflexões no artigo “*Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania*” busca ponderar e argumentar que pesquisas podem se constituir em forma de luta, desta forma, a mesma encontra respostas em suas reflexões e nos diz que

pesquisas que constituem em possibilidades de luta quando, de um lado, levam em conta os objetivos e prioridades de um grupo social marginalizado pela sociedade - no presente caso, o povo negro, as suas comunidades; de outro, quando são desenvolvidas com a intenção de oferecer suporte para a solução de problemas das comunidades negras, com acesso à educação e sucesso acadêmico, manutenção da saúde e acesso aos serviços disponíveis, além de criação de serviços necessários, habitação condigna, emprego, direito à cultura, à história; de outro, ainda, quando intentam explicitar relações étnico-raciais, sem camuflar sua frequente crueldade, tampouco os sofrimentos delas decorrentes, e, assim, propõem formas de educar para combater o racismo e as discriminações. (SILVA, 2005, p. 29)

Nessa perspectiva, é *mister* compreender que um trabalho científico que se propõe construir um novo sistema-mundo, um instrumento de luta do povo negro deve ser compreendida a partir da diáspora negra, a qual as reconexões possibilitam novos caminhos de coletivização dos povos das Américas como forma de resistência e *reexistências* das suas subjetividades.

### **3. À GUIA DE CONCLUSÃO**

Ao longo do estudo, mantemos os esforços para demonstrar como a perspectiva decolonial, que, muitas vezes, orienta-se pela compreensão dos

intelectuais localizados nas regiões periféricas do mundo, pode contribuir para a inserção do debate étnico-racial nas pesquisas científicas no serviço social. estas interpretações constitui-se como um vetor para que os pesquisadores brancos possam repensar a forma racista e excludente de fazer ciência.

Uma vez que, a história do Brasil é calcada na barbárie, em meio a dominação, subordinação e aniquilamento dos povos trazidos do continente africano, destituídos de sua história, cultura e modos de ser e viver. Essas características foram sucumbidas pelo projeto colonizador, com o intuito de apagar qualquer rastro das pessoas sequestradas da África na formação da sociedade brasileira. Tal projeto foi reforçado pelo paraíso racial idealizado pelos propulsores da ideologia do branqueamento por meio da inserção de mão de obra imigrante, e do racismo científico com base no ideal eugênico. Esta ideologia reverberou-se da apropriação dos intelectuais brasileiros pelas teorias eurocêntricas que visando garantir o desaparecimento da população negra e indígena, contemplando o branqueamento.

Este panorama foi perpetuado por séculos deixando os reflexos em todos os níveis, no que se refere a educação da relações étnico-raciais, história e cultura dos povos africanos e indígenas. E mesmo com dispositivos legislativos, como as Leis 10639/2003 e 11645/2008 que estabelecem condições para a superação do racismo e discriminação nas escolas e universidades, ainda é possível identificar resistência no projeto societário o qual estamos inseridos, “projeto esse que tenta eliminar as diferenças étnico-raciais, folclorizar as marcas culturais, sabedoria, conhecimentos, tecnologias que não de raízes europeias.” (SILVA, 2018, p. 135)

Diante do discutido, os estudos realizados por pesquisadores negros que desejam contribuir para a visão de mundo descolonizada devem estar em diálogo com os africanos em diáspora e da África de modo a desvelar novas ações e pensamentos (SILVA, 2005).

Tendo em vista o exposto, podemos indicar que as pesquisas relacionadas com o debate étnico-racial precisam de maiores financiamentos, ou seja, maior visibilidade, tendo em vista que tais incentivos são direcionados para determinadas questões acadêmicas, silenciando a questão racial.

Nossa expectativa, neste artigo, foi demonstrar a significância dos estudos relacionados as relações raciais no Brasil, do qual a produção de conhecimento no

serviço social deve-se aproximar, principalmente, no que diz respeito a inserção da transversalidade ao debate étnico-racial com indiscutível relevância para a formação profissional por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. E ainda, sensibilizar a categoria de pesquisadores/as e assistentes sociais a compreender a operacionalização do racismo na sociedade brasileira, haja vista, que a nossa atuação é permeada pelas múltiplas expressões da questão social, e na construção de políticas públicas para os usuários que em sua maioria são autodeclarados negros/as em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Com isso, seguiremos enquanto pesquisadoras empenhadas em fortalecer a pesquisa para uma educação libertária sem nós, sem hierarquias, onde as relações étnico-raciais, como já dito, por Petronilha Beatriz Silva, se constituem em possibilidade de luta. Logo, identificar impasses que o serviço social tem em realizar uma teoria crítica no seu currículo, se faz é necessário para que novas formulações acerca da temática racial sejam elaboradas com intuito de compor a literatura do debate racial e de sistemas discriminatórios que não se reduzam somente a dimensão de classe, disseminando no meio profissional este pensamento, assumindo uma postura de intelectual engajada em um compromisso ético e político junto à profissão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais Coordenação Djamila Ribeiro. Sueli Carneiro. Editora Jandaíra. São Paulo. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Parecer n. CNE/CES 492/2001.

BRASIL. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104 p.

BRITO, A. E. C. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**, v. 15, p. 74-102, 2013.

BRITO, A.E.C DE. A balança de Efa: uma análise quantitativa de raça e gênero sobre a inserção de negros e negras no magistério superior da UFBA (2016-2017). **Revista Gênero**. V.18.n.1(2017).

COMERLATTO, D. Um olhar sobre o ensino da pesquisa: a experiência dos cursos de graduação em Serviço Social da região sul. 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre, 2008.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. UM GIRO DECOLONIAL À METODOLOGIA CIENTÍFICA: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Espirales**, p. 174-193, jan. 2021.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*. 2000, n. 15, p. 134-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018.

GUIMARÃES, A.S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, p. 124-137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20824/13425>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Cadernos PENESB** nº 5, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, dez. 2018. Disponível em [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282018000300413&lng=pt&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300413&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 mai. 2021.

PROCOPIO, Ana Paula. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura**. 2017. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, B. DE S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, B. DE S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237–280, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 34, n. 69, p. 123-150, jun. 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, Sp: Papirus, 2005. p. 27-53.

SILVA, T. T. DA. **Documentos de identidade: Uma Introdução às teorias do currículo**. Autentica ed. Belo Horizonte: [s.n.]. v. 3.

VASSALO, V. G. **Descolonização do Currículo: A Questão Racial na Formação Acadêmica do Assistente Social**, 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.